

4 PRODUTO TÉCNICO

Considerando as abordagens teóricas trazidas nesta pesquisa e partindo da análise das entrevistas, a contribuição técnica para esta investigação compõe-se de sugestões de melhoria para o Programa, com vistas à ampliação do seu potencial de geração de capital social, de forma que o Mulheres Mil exerça ainda mais influência nos aspectos relacionados ao capital social. Também são trazidos, como contribuição, outros aspectos observados durante a execução do Programa e apontados pelas alunas entrevistadas.

A justificativa para a contribuição relativamente ao capital social, nos aspectos positivos deste capital, se dá por ele ser um fator que pode ser estimulado pela educação e permitir às participantes articulações sociais com vistas à melhoria de suas vidas e transformações sociais. Também se justifica, pois, conforme visto no referencial teórico, que as mulheres podem ter papel central na mobilização do capital social dentro de suas famílias e em suas comunidades.

Desta forma, sendo o Programa Mulheres Mil uma política educacional de inserção socioprofissional para mulheres, o capital social, estimulado de maneira positiva (sem desresponsabilizar o Estado, considerando o perfil de mulheres atendidas e suas vidas e sem colocá-lo como uma solução mágica para todos os problemas das alunas e da sociedade), pode ser um aspecto para que os objetivos do Programa sejam melhor alcançados e as mulheres tenham maiores condições de transformarem suas vidas para melhor.

Sugere-se, dessa forma, uma abordagem que integre o capital social na metodologia do Programa e oriente melhor as práticas pedagógicas e diretrizes curriculares dos cursos ofertados. Seguindo as categorias de análise definidas para esta pesquisa, reforça-se a necessidade de se trabalhar: empoderamento, relações sociais, relações familiares, e participação e cidadania.

O **empoderamento** já é um tema bastante enfatizado no Programa e consta na metodologia. As temáticas relacionadas aos direitos das mulheres, questões de gênero e protagonismo, bem como dinâmicas como o mapa da vida, são essenciais para a melhoria da autoestima e o empoderamento das alunas.

Na análise das entrevistas evidenciou-se que as questões de gênero não ficaram completamente claras para as alunas. Algumas reconheceram que sentiam discriminação e

que recebiam tratamento diferenciado por serem mulheres, mas esta questão não ficou completamente esclarecida para elas. Não ficou claro, por exemplo, que elas percebam estas questões no ambiente familiar. Desta forma, recomenda-se que as questões de gênero e as condicionalidades a que mulheres estão expostas, simplesmente pelo fato de serem mulheres, sejam aprofundadas e contextualizadas nas diversas esferas de suas vidas.

O programa fala da importância de se trabalhar relações interpessoais, mas é pertinente que as relações familiares e as sociais sejam trabalhadas de forma articulada, porém, distinta.

Relativamente às **relações familiares**, é importante que elas sejam conscientizadas do esforço que, em geral, empreendem no ambiente familiar, especialmente aquelas que são mães. Este esforço, representado pelos cuidados com a casa e com os membros da família, geralmente são naturalizados e não compartilhados. As alunas também devem estar cientes de todo tipo de violência que podem ser vítimas e formas de se defender. Elas precisam estar alertas para formas de desvalorização da mulher e de suas atividades, que nem sempre são muito claras, podendo ser sutis e até “engraçadas”. Também devem estar cientes das formas que assumem os relacionamentos abusivos e como se defender deles, e fortalecidas para que seu protagonismo seja exercido, também, dentro da família.

Dentro das relações familiares, é interessante conscientizar àquelas que são mães de seu papel como mobilizadoras da educação de seus filhos, e que a educação deles pode ser influenciada positivamente pelo retorno delas aos estudos, ou na busca por melhores condições de vida. De qualquer forma, é preciso ficar claro para as mulheres mães, especialmente para as que trabalham, que os pais também devem participar da educação dos filhos (bem como de outras atividades relacionadas aos cuidados e bem estar da família).

As temáticas de **relações sociais** são fundamentais para a construção de laços sociais baseados na confiança e no sentimento de reciprocidade. É interessante destacar, aqui, o conteúdo da fala de Cláudia, que mesmo sendo uma pessoa “difícil de lidar”, se surpreendeu ao conseguir fazer amizades com mulheres durante o curso, fato inédito em sua vida. No ambiente de sala de aula, com outras mulheres, unidas pelo vínculo da cumplicidade gerado pelas dinâmicas (com destaque para o mapa da vida) e pelo convívio, existe um ambiente muito positivo para se trabalhar as questões de sororidade entre as mulheres e a conscientização de sua força, principalmente quando estão unidas.

Também é relevante que as atividades voltadas para os temas das relações sociais e familiares levem as participantes a refletirem sobre sua maneira de se relacionar, como reagem nas interações sociais, suas formas de defesa e ataque. Para tanto, é interessante que sejam estimuladas a se autoanalisarem constantemente e a perceberem as relações como uma via de mão dupla (reciprocidade), com suas atitudes também moldando as interações.

Embora essa categoria tenha tido pouca relevância nas alunas entrevistadas, os aspectos relativos à **participação e cidadania** constam nos documentos do Programa Mulheres Mil e têm relação estreita com o capital social. Nas atividades relativas à participação e cidadania, devem ser trabalhados não somente os direitos que lhes assistem, mas, especialmente, onde e como podem buscar estes direitos.

As alunas devem saber o funcionamento e, preferencialmente, conhecer pessoalmente, ao menos, uma instância de participação, como conselhos, Câmaras e assembleias, conferências, reuniões de administrações regionais, sedes de governos, ouvidorias, promotorias públicas, entre outros. Também é desejável que conheçam, pelo menos, um caso bem sucedido de cooperativa, associação ou iniciativa de economia solidária. Além disso, devem ser conscientizadas sobre a importância de se unirem a grupos informais, com os quais mantenham afinidade a fim de fortalecerem suas comunidades. Elas também devem saber como e onde emitirem documentos.

Outra forma de trabalhar participação e cidadania, de acordo com Campbell (2003 *apud* SILVEIRA, 2005, p.60), seria privilegiando, nas aulas e nas atividades escolares, discussões relacionadas à resolução de problemas e às estratégias de ação nas comunidades mais próximas das alunas, enfatizando o serviço comunitário voluntário, que poderá gerar sentimentos de confiança, cooperação e civismo.

Às alunas também deve ser oportunizado conhecer pontos turísticos e cívicos de suas cidades. Visitas a centros culturais e participação em eventos artísticos devem ser incentivados. Elas devem ser conscientizadas de que, também, são parte integrante desses espaços; que podem frequentá-los livremente, e que o acesso à cultura e ao lazer são importantes para todos.

Além do estímulo dos aspectos ligados às categorias analisadas, relacionadas ao capital social, são trazidos alguns aspectos observados na execução do Programa, na análise dos documentos institucionais e outros, trazidos pelas falas das alunas entrevistadas, que podem contribuir para o aperfeiçoamento do Programa.

Uma questão a ser debatida é a exigência de 75% de presença para a obtenção do certificado. Verifica-se que, hoje, mesmo nos cursos que não são voltados para pessoas em situação de risco, esta exigência não é fácil de ser cumprida. No caso do Programa Mulheres Mil – voltado para mulheres com dificuldades de diversas ordens, isto se torna ainda mais difícil. Sabe-se que este debate envolve a legislação nacional da educação, porém, deve ser ressaltado esta exigência é um fator que pode desestimular as alunas pela dificuldade de receberem o certificado ao final. No caso do curso de Artesanato com Resíduos Sólidos, das 100 alunas matriculadas, somente 25 cumpriram esta exigência e obtiveram o certificado. Outras cerca de 25 permaneceram frequentando, mas não cumpriram a frequência mínima para receber-lo.

Dentre as observações das alunas em relação aos pontos positivos e negativos e ao que mudariam no Programa, muitas delas relataram que o curso deveria ter continuidade¹⁵, tanto por meio de novas turmas (para receber outras mulheres que necessitam), quanto de forma seriada, para que uma mesma mulher possa participar novamente, aprofundando cada vez mais seus conhecimentos.

Algumas alunas sugeriram que houvesse mais aulas práticas, no caso, de artesanato, e que o curso fosse mais longo, talvez com mais aulas na semana. Entretanto, cabe aqui a ressalva de que, das mulheres entrevistadas, somente uma exerce atividade profissional fora de casa (perita socioeconômica) e outras duas exercem a ocupação de artesãs, como autônomas. Desta forma, esta fala teria que ser confrontada com a realidade das mulheres que trabalham, pois o aumento do número de aulas poderia ser impeditivo a sua participação no Programa. De qualquer maneira, o aumento das atividades práticas direcionadas para a formação artesanal não poderia ocupar o espaço das atividades voltadas para os aspectos de formação cidadã, trabalhados no Programa e aqui reforçados: empoderamento, relações familiares, relações sociais e participação e cidadania.

Cláudia, uma das participantes da pesquisa, sentiu falta de espaço para que as alunas pudessem participar das decisões relativas ao planejamento das atividades do curso. Este aspecto, dentro das possibilidades que o Programa e a operacionalização do dia a dia permitem, pode ser um fator bem interessante, possibilitando mais autonomia às mulheres. Isto poderia criar laços de responsabilidade delas com as atividades sugeridas, reforçando os

¹⁵ No *campus* Taguatinga o Programa aconteceu somente no ano de 2013, com o curso de Artesanato com Resíduos sólidos. Desde minha saída da coordenação local, em fevereiro de 2014, nenhum curso fora ofertado.

aspectos de participação e relações sociais, formando um campo interessante de mediação de interesses entre elas, e entre professores e alunas.

Alguns aspectos do Programa foram percebidos como positivos e merecem nota. A brinquedoteca representou uma “*despreocupação*” nas palavras de Carolina, que podia frequentar o curso sem ter que deixar o filho com outras pessoas. Outro fator mencionado foi a provisão de lanches, que pode ser o diferencial na disposição e aprendizado de algumas alunas que chegam sem ter se alimentado.

Embora seja uma política de formação profissional, dentre os objetivos do Programa (Brasil, 2011c) não consta nenhum especificamente voltado para a inserção profissional das mulheres. O mais próximo é o inciso II que fala em “*contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres*” (BRASIL, 2011c). Os objetivos são:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III – Promover a inclusão social;
- IV – Defender a igualdade de gênero;
- V – Combater a violência contra a mulher. (BRASIL, 2011c)

Os documentos do Programa não apresentam sempre a mesma orientação em relação aos objetivos do Mulheres Mil e alguns deles acabam se perdendo em relação ao foco que deve ser mantido. Ainda que em Brasil (2011b), encontra-se: “*Mesmo que não leve à inserção no mundo do trabalho, o programa leva à uma noção de cidadania que invariavelmente leva a uma transformação social*” (BRASIL, 2011b), dos dez objetivos do módulo Permanência e Êxito, listados no Guia Metodológico do Programa, cinco estão explicitamente relacionados ao ingresso e/ou permanência no mundo do trabalho (grifados abaixo):

- Os principais objetivos do Módulo de Permanência e Êxito são:
- facilitar a permanência da população-alvo, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e/ou desistência;
 - propiciar um ambiente amigável e acolhedor que aumente as chances de desempenho e de êxito das alunas;
 - dar suporte, em forma de serviços e espaços, às mulheres alunas do Programa para que elas resgatem sua segurança e sintam confiança na equipe multidisciplinar e na instituição;
 - promover o aconselhamento das educandas, por meio de serviços de assistência e apoio;
 - **orientar as alunas para superação das dificuldades inerentes ao processo de inclusão e permanência na instituição e no mundo do trabalho;**
 - cuidar para que o ambiente e as pessoas acolham e respeitem as mulheres do Programa, aumentando assim sua autoestima;

- capacitar as educandas para a compreensão e o exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo;
- qualificar as educandas quanto à postura profissional requerida no mundo do trabalho;
- viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo de trabalho;
- acompanhar e monitorar as educandas nos estágios e no desempenho profissional, de modo a agir sempre que necessário para preservar e melhorar sua posição no mundo do trabalho. (BRASIL, 2012b, grifo nosso)

Os objetivos do módulo Permanência e Êxito não conferem com aqueles listados na Portaria que institui o Programa, detalhados mais anteriormente. Desta forma, os objetivos que devem ser buscados precisam ser melhor definidos nos documentos institucionais, bem como o conceito de “êxito”.

Não se nega a importância da inserção profissional das mulheres e nem se acredita que a instituição ofertante deva se abster de oferecer todo o apoio necessário para tal. Contudo, os objetivos de Brasil (2011c) são mais tangíveis e fundamentais para o sucesso delas em qualquer área de suas vidas, inclusive a profissional. Antes de mais nada, o público feminino em situação de vulnerabilidade social precisa de oportunidade para acessar a educação, e essa educação deve promover autonomia, empoderamento e exercício de cidadania.

Sugere-se, aqui, que a documentação do Programa seja revista e alinhada dentro dos mesmos princípios norteadores, e que eles sejam tangíveis e muito claros, tanto para quem oferece o Programa (instituições, professores, assistentes sociais, entre outros) quanto para as mulheres atendidas.

Todas as colocações aqui trazidas têm o objetivo de contribuir positivamente com o Programa e para a ampliação do capital social das alunas. Entretanto, cabe, mais uma vez, reforçar alguns cuidados a serem tomados. No que diz respeito à família, em primeiro lugar, que estes aspectos não devem, de forma alguma, reforçar um perfil de mulher idealizada, naturalmente inclinada para os cuidados do lar, ou, ainda, colocar somente nas mulheres a responsabilidade pelos cuidados com a família e com a educação dos filhos. Relativamente à participação e à cidadania, a ampliação do capital social deve ser no sentido de garantir direitos e de habilitar as mulheres a participarem das decisões, sem, entretanto, que o Estado seja desresponsabilizado de sua obrigação de garantir a democracia.